



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

127
8

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 0003104-20.2013.8.17.0220 (0335178-8)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIABETES COM POLINEUROPATIA DISTRAL DIABÉTICA SINOSTIVO-MOTORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. SÚMULA 18 TJPE.

1. Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
2. Ainda que o fármaco esteja contemplado nas listas programas de distribuição gratuita pelo Estado, muitas vezes o paciente necessitado recorre ao setor responsável pelo fornecimento de remédios, mas não consegue obter o medicamento por falta em estoque.
3. Enunciado 18 da Súmula do TJPE: É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.
4. A fixação da multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta o quadro de diabetes com polineuropatia distal diabética sinostivo-motora, doença sem cura que poderá desencadear problemas mais graves.
8. À unanimidade, Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente Agravo, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 1º. JULHO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

123

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 0003104-20.2013.8.17.0220 (0335178-8)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

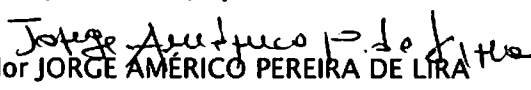
Trata-se de Agravo, com pedido de reconsideração, interposto em face de decisão proferida por esta Relatoria às fls. 91/100, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao reexame necessário, julgando prejudicado o apelo.

Em suas razões recursais, o recorrente em nada inovou, limitando-se a repisar os termos da irresignação, sem maiores disquisições.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, nos termos do art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É o relatório.

Recife, 12. JULHO. 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO Nº 0003104-20.2013.8.17.0220 (0335178-8)

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

De antemão, ressalto que razão não assiste ao agravante, motivo pelo qual a decisão vergastada deve ser mantida incólume. Explico.

O direito subjetivo à saúde está, no ordenamento jurídico pátrio, garantido por meio de norma programática insculpida no art. 196 da Constituição Federal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A partir da leitura do dispositivo supramencionado, observa-se que constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida.

É, portanto, solidária a responsabilidade dos entes políticos para fornecer medicamentos aos cidadãos carentes que deles necessitem, não estabelecendo a Constituição da República de 1988 competência privativa ou exclusiva de qualquer dos entes federativos. Assim, é lícito ao prejudicado demandar de qualquer deles.

Ademais, o art. 198, §1º, da Constituição Federal, enuncia que o Sistema Único de Saúde será financiado por recursos da seguridade social, da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, o que evidencia, pois, a responsabilidade solidária entre os entes da Administração Pública nessa seara.

Nesse diapasão, é o entendimento desta Corte de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESNECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO À LIDE DA UNIÃO E DO MUNICÍPIO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. NÃO CONHECIMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À SAÚDE.

- Há descentralização dos serviços públicos de saúde e responsabilidade solidária entre os entes da Administração Pública, os quais podem figurar em conjunto ou separadamente no polo passivo de ações ligadas à garantia do direito à saúde. A pretensão pode ser direcionada em face do Estado de Pernambuco isoladamente, sendo desnecessária a integração da União e do Município à lide e competente a justiça estadual para o processamento e julgamento do feito.

- É dever do Estado proporcionar integral assistência à saúde das pessoas, sobretudo àquelas hipossuficientes. Comprovada a necessidade de medicamento para tratamento de doença, é obrigação do Estado o seu fornecimento.

(TJ/PE, MS nº 0158534-0, Rel. Des. Leopoldo Raposo, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data de Julgamento 24/11/2010)

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITOS HUMANOS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. REJEITADA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES ESTATAIS. MEDICAMENTO ESSENCIAL A SAÚDE E DIGNIDADE DA REQUERENTE. MULTA DIÁRIA DEVIDA. VALOR RAZOÁVEL. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Conforme art. 23, II da CF, União, Estado, Distrito Federal e Municípios são responsáveis solidariamente, e por via de consequência, são igualmente legitimados passivos nas demandas cuja causa de pedir é negativa de prestação na área de saúde.

2. Preliminar de ausência de litisconsórcio passivo necessário. Rejeitada.

3. Inexiste intromissão indevida do Poder Judiciário na área discricionária do Poder Executivo muito menos quebra da tripartição de funções estatais, pois o exercício da jurisdição se opera, em face de direito subjetivo constitucional violado, fazendo cumprir a lei e a ordem constitucional.

4. O caráter da multa diária por descumprimento de obrigação imposta não é essencialmente punitivo, mas também, repressivo, não podendo, portanto, ter valor irrisório ou insignificante.

5. Recurso não provido. 6. Decisão unânime.

(TJ/PE, Ag 2591884, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 24/01/2012)

Dessa forma, resta claro que o dever do Estado contido no art. 196 da CF/88 compreende tanto a obrigação da União, quanto dos Estados e Municípios, devendo ser desempenhado em conjunto ou isoladamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Por essa razão, não me afigura legítima a conduta omissiva estatal quanto aos problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente aqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida.

Desse modo, havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o indivíduo necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, de forma reiterada, nesse sentido, conforme se infere dos seguintes arestos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO.

Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado de fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STF, AI-AgR 648.971/RS, rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 04.09.2007).

PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196)- PRECEDENTES (STF) - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA.

- O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

- O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

13¹
p

esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.

- O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES.

- (...) Precedentes do STF.

(STF, RE-AgR 271286/RS, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 24.11.2000).

Tribunal:

RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL. DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA DE UTI. POSSIBILIDADE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Nos termos do artigo 196 da Magna Carta a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. 2. Pacientes em estado grave tem direito a um tratamento digno e condizente com o seu estado de saúde. Não dispondo os hospitais públicos de serviço de UTIs suficientes, o atendimento aos necessitados deve ser efetuado em hospital particular sob a responsabilidade do Poder Público. 3. Recurso de Agravo improvido. 4. Decisão unânime. (TJ/PE, 2763004 0013118-78.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, 3ª Câmara de Direito Público Data de Julgamento: 26/07/2012)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS INSULINA LANTUS E INSULINA HUMALOG/NOVORAPID/APIDRA, ALÉM DE FITAS REAGENTES. PACIENTE PORTADOR DE DIABETES MELITUS TIPO 1 (CID E10). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia/adequação dos medicamentos solicitados, a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

132
p

impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' em anexo, subscrito pela Dra. Elcy Andrade Falcão (CRM 3.131), do Hospital da Restauração, cujo conteúdo não foi contraditado pelo apelante. 3. Ademais, o só fato de as medicações requestadas não constarem da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que as mesmas não seriam ofertadas pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Carlos Cipriano da Silva, pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ/PE - REEX: 243164620118170001 PE 0024316-46.2011.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público Data de Julgamento: 06/12/2012)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIABETES MELLITUS TIPO 1. DEVER DO ESTADO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Lei nº 8.080/90, em seus arts. 4º e 7º, XI, determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população. 8.080/90, art. 7º, XI. Extrai-se dos autos que a agravada é, de fato, portadora de Diabetes Mellitus Tipo 1, não dispondo de condições financeiras para aquisição de INSULINA LANTUS, INSULINA GLULISINA, FITAS REAGENTES e do GLICÔMETRO, indispensáveis ao seu tratamento, e devidamente prescritos na exordial, evitando assim as complicações provocadas pela doença. 3. O ente público está obrigado a disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 4. Cabe ao Estado destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de medicamentos ou congêneres em hipóteses tais. 5. A multa tem por função garantir o efetivo cumprimento da determinação e o valor fixado não foi desproporcional, não se configurando como ônus excessivo ao Erário. 6. Os dispositivos explicitamente prequestionados não restaram vulnerados. Recurso de Agravo improvido à unanimidade. (TJ/PE, 2631294 0001246-66.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 01/03/2012)

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

133
JL

membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, a agravada postula o fornecimento das substâncias necessárias ao tratamento da enfermidade que lhe acomete - diabetes com polineuropatia distal diabética sinostivo-motora.

No que tange à arguição do recorrente acerca da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu a Sra. Maria de Lourdes Rodrigues da Silva é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

A eficácia/urgência do fornecimento do fármaco indicado pelo médico especialista, e a ocorrência de risco à saúde do apelante restam evidenciadas pela apreciação dos laudos médicos (fls. 23/27), subscritos pelo endocrinologista.

Não há nos autos nenhuma prova de que os outros tratamentos citados pelo agravante sejam realmente de igual qualidade e eficiência, devendo ser atendida a solicitação do médico que atendeu a agravada, pois é o profissional habilitado para decidir qual a droga que mais se apropria ao caso.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que

✓



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

134
R

o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios. 4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão. 5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial". 6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

135
P

provimento.(RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

Por fim, não merece abrigo a alegação de que as astreintes afiguram-se desarrazoadas, visto que se deve levar em consideração que a inércia do ente estatal em dar cumprimento ao comando judicial pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida da autora.

O art. 273, §3º, do Código de Processo Civil, estabelece que: "a efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A".

O art. 461 do mesmo diploma legal prevê instrumentos que possibilitam ao aplicador do direito assegurar a tutela específica ou o resultado prático que deveria ter sido produzido com o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer imposta na decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, tais como, a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial (art. 461, §5º, do CPC)

Assim, é lícito ao magistrado, ao aquilatar as circunstâncias fáticas, impor a medida mais adequada para tornar eficaz a tutela, valendo-se dos meios coercitivos previstos no art. 461, §5º, do CPC, ou até mesmo de medidas outras, porquanto é cediço que o rol previsto em tal dispositivo legal não é exaustivo.

No caso dos autos, a fixação de astreintes e, em última instância o bloqueio de numerários do Estado têm por escopo unicamente subjugar a recalcitrância do Estado, em caso de eventual descumprimento da ordem judicial.

Acerca do tema, o col. Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em favor da possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública. Nesse sentido, colaciono o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INADIMPLEMENTO. FAZENDA PÚBLICA. APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. FIXAÇÃO EX OFÍCIO. PERMISSÃO. ART. 644 DO CPC. POSSIBILIDADE DO RELATOR NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO COM BASE NO ART. 557 DO CPC, APÓS A EDIÇÃO DA LEI 9.756/98.

I – Consoante entendimento consolidado neste Tribunal, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública.

(...)

III – Agravo regimental desprovido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

136
JK

(STJ, RESP-AgRg 189.108/SP, rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 02.04.2001).

Ante o exposto, nego provimento ao presente Agravo.

É como voto

Recife, 1º . JUL . 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator